cyan magenta amarelo preto

JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Assinado de forma digital por JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112 Dados: 2025.05.10 15:37:52 -03'00'

Diário do Acionista

ANO IX • Edição simultânea: Rio de Janeiro e São Paulo • Sábado, domingo e segunda-feira, 10, 11 e 12 de maio de 2025 • Nº 2048 • R$ 1,00

www.diariodoacionista.com.br

Cardeal Tempesta

Quarto Domingo do Tempo Pascal

PÁGINA 4

IBGE

Inflação desacelera pelo 2º mês seguido e fecha abril em 0,43%

A inflação oficial fechou abril em 0,43%, pressionada principalmente pelos preços dos alimentos e de produtos farmacêuticos. O resultado mostra desaceleração pelo segundo mês seguido, após o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) ter marcado 1,31% em fevereiro e 0,56% em março. O índice é o maior para um mês de abril desde 2023 (0,61%). Em abril de 2024, a variação havia sido de 0,38%. No período de 12 meses, o IPCA soma 5,53%, o maior desde fevereiro de 2023 (5,6%) e acima da meta do governo. Em março, esse acumulado era de 5,48%. Os dados foram divulgados nesta sexta-feira (9), no Rio de Janeiro, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A meta de inflação estipulada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) é de 3%, com tolerância de 1,5 ponto percentual para mais ou para menos, ou seja, um intervalo de 1,5% a 4,5%. PÁGINA 2

TRAMA GOLPISTA

Ramagem: STF decide limitar resolução da Câmara

A Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) formou maioria nesta sexta-feira, em uma sessão extraordinária no plenário virtual, para limitar a resolução da Câmara dos Deputados que determinou a suspensão do processo do golpe contra o deputado Alexandre Ramagem (PL-RJ) enquanto durar o mandato. Como relator, o ministro Alexandre de Moraes foi o primeiro a se manifestar. Ele votou para dar sequência ao processo e foi acompanhado por Cristiano Zanin e Flávio Dino. A votação fica aberta até a próxima terça-feira, na plataforma virtual de julgamentos do STF. Nessa modalidade, não há debate entre os ministros. Eles registram os votos no sistema online. PÁGINA 5

APOSENTADOS

ANTONIO CRUZ/ABRASIL

INSS promete devolver R$ 292 mi a vítimas de descontos ilegais

O Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) anunciou que, a partir do próximo dia 26, vai começar a restituir cerca de R$ 292,7 milhões a aposentados e pensionistas lesados por descontos não autorizados de mensalidades associativas. De acordo com o INSS, todos os aposentados e pensionistas que sofreram descontos em abril, receberão os valores de volta até 6 de junho, junto com seus benefícios. “Os recursos descontados dos aposentados já não vão para as associações em maio. Vão ser retidos e, na próxima folha de pagamento, serão restituídos aos aposentados”, garantiu o ministro da Controladoria-Geral da União (CGU), Vinicius Marques de Carvalho (**foto**). PÁGINA 3

HADDAD

Brasil deve terminar ano melhor do que o estimado

Ao comentar os dados sobre a queda na inflação oficial do país no mês de abril, que apontou queda de 0,43% no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), o ministro da Fazenda, Fernando Haddad (foto), revelou estar confiante que o Brasil vai terminar o ano melhor do que as projeções que estão sendo feitas pelo mercado. Mesmo sem revelar as suas projeções, o ministro disse que o ano de 2026 terá uma situação ainda “mais confortável”. “O IPCA está em linha com o que estava projetado. Eu estou confiante que nós vamos terminar o ano um pouquinho melhor do que as previsões. E o ano que vem numa situação mais confortável”, falou o ministro a jornalistas na manhã desta sexta-feira. PÁGINA 2

PERDA DO MANDATO

Maioria do Supremo condena Carla Zambelli a 10 anos de prisão

LULA MARQUES/ABRASIL

A Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) começou a julgar nesta sexta-feira, a deputada federal Carla Zambelli (PL-SP) (**foto**) e o hacker Walter Delgatti, o Vermelho, pela invasão aos sistemas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Eles respondem por invasão de dispositivo informático e falsidade ideológica. Como relator, o ministro Alexandre de Moraes foi o primeiro a votar. Ele defendeu a condenação da deputada e do hacker. Carla Zambelli nega envolvimento nos crimes. O ministro propôs uma pena de 10 anos de reclusão, em regime inicial fechado, para a deputada e de 8 anos de 3 meses de reclusão para Delgatti. PÁGINA 5

EX-PRESIDENTE

Uerj revoga título honoris causa dado ao ditador Médici

O Conselho Universitário da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj) revogou, por unanimidade, nesta sexta-feira, o título de doutor honoris causa concedido ao ex-presidente da República Emílio Garrastazu Médici em 1974. A decisão foi produzida pela Comissão da Verdade e Memória Luís Paulo da Cruz Nunes, instituída em 2024, a fim de ampliar e aprofundar debates e análises sobre os fatos ocorridos na Uerj durante o período da ditadura militar (1964-1985). O documento aponta que o homenageado não atendia aos critérios estabelecidos no regimento para outorga da honraria: “personalidade eminente, nacional ou estrangeira. PÁGINA 6

INDICADORES

IBOVESPA 0,21% / 136.511,88 / 279,98 / Volume: 30.435.376.073 / Negócios: 4.362.545

Mais Negociados

	Preço	%	Oscil.
SMART FIT ON NM	22,26	–4,75	–1,11
HAPVIDA ON NM	2,35	–4,47	–0,11
AZUL PN N2	1,26	–11,89	–0,17
B3 ON NM	14,53	+1,96	+0,28
COGNA ON ON ED NM	2,97	–1,98	–0,06

Maiores Altas

	Preço	%	Oscil.
RECRUSUL ON	3,33	+26,62	+0,70
PANATLANTICAON	34,65	+19,48	+5,65
ANIMA ON NM	4,12	+17,05	+0,60
COPEL PNA N2	12,25	+16,67	+1,75
TENDA ON NM	19,45	+13,34	+2,29

Maiores Baixas

	Preço	%	Oscil.
RDVC CITY ON NM	20,000	–49,99	–19,990
GOL PN N2	0,89	–25,21	–0,30
INFRACOMM ON NM	0,080	–20,00	–0,020
AZUL PN N2	1,26	–11,89	–0,17
ONCOCLINICASON NM	4,730	–11,75	–0,630

Bolsas no mundo

	Fechamento	%
Dow Jones	41.249,38	-0,29
S&P 500	5.659,91	-0,07
NASDAQ Composite	17.928,915	+0,00
Nasdaq 100	20.061,449	-0,01
Euronext 100	1.556,81	+0,55
CAC 40	7.743,75	+0,64

Salário mínimo	R$ 1.412,00
Ufir-RJ	R$ 4,5373
Taxa Selic	
(07/05)	14,75%
TR	
(10/05)	0,1442%
Poupança	
(10/05)	0,6449%
IGP-M	0,24% (abr.)
IPCA-15	0,43% (abr.)
CDI	
(07/05)	14,65%
OURO	
BM&F/grama/RJ	R$ 607,93
EURO Comercial	
Compra: 6,3643	Venda: 6,3649
EURO turismo	
Compra: 6,4463	Venda: 6,6263
DÓLAR Ptax - BC	
Compra: 5,6511	-0,61%
DÓLAR comercial	
Compra: 5,6541	Venda: 5,6547
DÓLAR turismo	
Compra: 5,6907	Venda: 5,8707

MERCADOS

Em semana recorde histórico, Bovespa acumula alta de 1%

LUÍS EDUARDO LEAL/AE

Após o ganho de 2,12%, e com renovação de recorde histórico intradia na sessão da quinta-feira passada, a Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) teve uma sexta-feira, de acomodação, ainda em viés positivo. No fechamento, mostrava alta de 0,21%, aos 136.511,88 pontos, com giro a R$ 29,7 bilhões. Na semana, o Ibovespa sustentou ganho de 1,02%, e no mês avança 1,07%.

Foi o quinto avanço semanal consecutivo, a mais longa sequência de alta do Ibovespa desde a série de seis semanas positivas entre outubro e novembro de 2023.

O Itaú superou expectativas altas com o balanço do primeiro trimestre, o que levou a ação (PN) subir 5,41% nesta sexta-feira.

Itaúsa PN, por sua vez, fechou o dia em alta de 4,25%.

Entre as grandes ações de commodities, Petrobras subiu 0,51% (ON) e 0,65% (PN), enquanto Vale ON avançou 0,4%. Na ponta ganhadora do Ibovespa (Índice Bovespa) na sessão, Porto Seguro (+5,66%), PetroReconcavo (+5,49%), Itaú e Lojas Renner (+4,92%). No lado oposto, Azul (-11,89%), MRV (-11,22%) e CSN (-9,87%).

DÓLAR

Após desvalorização de 1,46% na quinta-feira passada, o dólar experimentou uma leve queda nesta sexta-feira, e encerrou o pregão ainda acima do nível técnico de R$ 5,65.

Nas primeiras horas do pregão, o dólar até ensaiou um movimento de alta, em aparente ajuste após o tombo do dia anterior, e registrou máxima a R$ 5,67.

A moeda trocou de sinal ainda pela manhã e, com mínima a R$ 5,6386, encerrou a sessão em queda de 0,11%, a R$ 5,6548.

Com as perdas na quinta e nesta sexta anulando os ganhos das três sessões anteriores, o dólar terminou a semana estável. A divisa recua 0,38% em maio e 8,5% no ano.

IBGE

Inflação recua pelo 2º mês seguido e fecha abril em 0,43%

BRUNO DE FREITAS MOURA/ABRASIL

A inflação oficial fechou abril em 0,43%, pressionada principalmente pelos preços dos alimentos e de produtos farmacêuticos. O resultado mostra desaceleração pelo segundo mês seguido, após o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) ter marcado 1,31% em fevereiro e 0,56% em março.

O índice é o maior para um mês de abril desde 2023 (0,61%). Em abril de 2024, a variação havia sido de 0,38%.

No período de 12 meses, o IPCA soma 5,53%, o maior desde fevereiro de 2023 (5,6%) e acima da meta do governo. Em março, esse acumulado era de 5,48%. Os dados foram divulgados nesta sexta-feira (9), no Rio de Janeiro, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A meta de inflação estipulada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) é de 3%, com tolerância de 1,5 ponto percentual para mais ou para menos, ou seja, um intervalo de 1,5% a 4,5%.

Desde o início de 2025, a meta é considerada descumprida se ficar seis meses seguidos fora do intervalo de tolerância. Todos os resultados desde janeiro figuraram acima do teto.

ALIMENTOS E REMÉDIOS

Dos nove grupos de preços pesquisados pelo IBGE, oito apresentaram inflação positiva, com os maiores pesos exercidos por alimentos e saúde. Juntos, esses dois grupos responderam por 0,34 ponto percentual (p.p.) do IPCA.

- Alimentação e bebidas: 0,82% (0,18 p.p.)
- Habitação: 0,14% (0,02 p.p.)
- Artigos de residência: 0,53% (0,02 p.p.)
- Vestuário: 1,02% (0,05 p.p.)
- Transportes: -0,38% (-0,08 p.p.)
- Saúde e cuidados pessoais: 1,18% (0,16 p.p.)
- Despesas pessoais: 0,54% (0,05 p.p.)
- Educação: 0,05% (0 p.p.)
- Comunicação: 0,69% (0,03 p.p.)

MAIOR IMPACTO

Apesar de representar o maior impacto de alta na inflação de abril, o grupo alimentos e bebidas mostra desaceleração ante março, quando foi de 1,17%.

Os alimentos integram o grupo de maior peso no IPCA, por isso, mesmo desacelerando, exercem impacto importante na média de preços da cesta de consumo dos brasileiros. Os produtos que mais puxaram para cima o preço da comida foram:

- batata-inglesa (18,29%)
- tomate (14,32%)
- café moído (4,48%)

CAFÉ SOBE 80,2%

Em 12 meses, o café apresenta alta de 80,2%, configurando-se a maior variação acumulada desde o início do Plano Real em julho de 1994.

Por outro lado, o arroz, que caiu 4,19%, foi o item alimentício que mais colaborou para segurar os preços. O ovo, que vinha sendo um dos vilões (alta de 16,74% em doze meses), recuou 1,29% em abril.

De acordo com o gerente da pesquisa, Fernando Gonçalves, a inflação dos alimentos é muito influenciada por questões climáticas. “Muitos deles tiveram questão de clima, ou chove muito ou não chove”, afirma. “Os efeitos da natureza não têm como controlar”, observou.

Fernando destaca que o índice de difusão - indicador que mostra a proporção de subitens que tiveram aumento de preço no mês - passou de 55% para 70% dos 168 produtos alimentícios pesquisados.

Em todo o IPCA, o índice de difusão ficou em 67% dos 377 subitens apurados – o maior desde dezembro de 2024 (69%).

No grupo saúde e cuidados pessoais, o resultado foi influenciado por produtos farmacêuticos, que subiram 2,32%, por conta do reajuste de medicamentos de até 5,09% autorizado pelo governo a partir de 31 de março.

TRANSPORTES

O grupo de transportes foi o único a ter queda nos preços (-0,38%), resultado influenciado pela redução dos preços das passagens aéreas (-14,15%), o que exerceu o principal impacto negativo no IPCA de abril, com peso de -0,09 p.p.

Os combustíveis também ajudaram, recuando 0,45%. Todos tiveram variação negativa:

- óleo diesel: -1,27%
- gás veicular: -0,91%
- etanol: -0,82%
- gasolina (subitem que mais pesa no IPCA): -0,35%

Fernando Gonçalves destaca que “houve redução no preço do óleo diesel nas refinarias a partir de 1º de abril e, no caso do etanol, houve avanço na safra”.

FOCO DO BC

Ao separar a inflação entre itens de serviços e controlados, o IBGE aponta que o agregado de serviço desacelerou de 0,62% em março para 0,20% em abril. Já os preços monitorados, ou seja, controlados pelo governo, aceleraram de 0,18% para 0,35%.

BANCO CENTRAL

Poupança tem saída líquida de R$ 6,4 bi

O saldo da aplicação na caderneta de poupança caiu, com registro de mais saques do que depósitos no mês de abril. As saídas superaram as entradas em R$ 6,4 bilhões, de acordo com relatório divulgado nesta sexta-feira pelo Banco Central (BC).

Em abril, foram aplicados R$ 349,6 bilhões, contra saques de R$ 356 bilhões. Os rendimentos creditados nas contas de poupança somaram R$ 6,5 bilhões. O saldo da poupança é de pouco mais de R$ 1 trilhão.

Este é o quarto mês seguido de resultado negativo na poupança. No acumulado do ano, a caderneta tem resgate líquido de R$ 52,1 bilhões.

Desde julho do ano passado, a caderneta registra saída líquida, com exceção do mês de dezembro de 2024, quando os brasileiros depositaram R$ 5 bilhões a mais do que sacaram. Em todo o ano de 2024, as retiradas da poupança superaram os depósitos em R$ 15,5 bilhões.

Entre as razões para os saques na poupança está a manutenção da Selic – a taxa básica de juros – em alta, o que estimula a aplicação em investimentos com melhor desempenho. Nesta semana, o Comitê de Política Monetária (Copom) do BC elevou a Selic pela sexta vez consecutiva, para 14,75% ao ano, em um ciclo de contração na política monetária em meio à alta do preço dos alimentos e da energia e as incertezas em torno da economia global.

Em comunicado, o Copom não deu pistas sobre o que deve ocorrer na próxima reunião, na metade de junho. Apenas afirmou que o clima de incerteza permanece alto e exigirá prudência da autoridade monetária, tanto em eventuais aumentos futuros como no período em que a Selic deve ficar em 14,75% ao ano. Para o mercado financeiro, a Selic deve encerrar 2025 neste patamar

PRIMEIRO TRIMESTRE

Prejuízo líquido da CSN é de R$ 732 milhões

DANIELLE FONSECA/AE

A CSN apresentou prejuízo líquido de R$ 732 milhões no primeiro trimestre de 2025, 52,5% maior em relação ao prejuízo registrado no mesmo período de 2024.

O Ebitda (lucro antes de juros, impostos, amortizações e depreciação) ajustado ficou em R$ 2,509 bilhões, alta de 12,3% em relação ao visto um ano antes. Já a receita líquida somou R$ 10,908 bilhões, alta de 12,3%.

No primeiro trimestre, a companhia registrou vendas de aço que somaram 1,143 milhão de toneladas, alta de 5,2% ante o mesmo trimestre de 2024. As vendas de minério de ferro somaram 9,640 milhões de toneladas, avanço de 5,4% ante o visto um ano antes.

A dívida líquida ajustada da empresa atingiu R$ 35,830 bilhões no trimestre, com alta de 7,2% sobre o mesmo período de 2024.

HADDAD

Brasil deve terminar o ano melhor do que estimado por projeções

ELAINE PATRICIA CRUZ/ABRASIL

MINISTÉRIO DE FAZENDA

Ao comentar os dados sobre a queda na inflação oficial do país no mês de abril, que apontou queda de 0,43% no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), o ministro da Fazenda, Fernando Haddad (**foto**), revelou estar confiante que o Brasil vai terminar o ano melhor do que as projeções que estão sendo feitas pelo mercado.

Mesmo sem revelar as suas projeções, o ministro disse que o ano de 2026 terá uma situação ainda “mais confortável”.

“O IPCA está em linha com o que estava projetado. Eu estou confiante que nós vamos terminar o ano um pouquinho melhor do que as previsões. E o ano que vem numa situação mais confortável”, falou o ministro a jornalistas na manhã desta sexta-feira, na capital paulista.

Haddad participou do lançamento oficial da calculadora de renda variável (ReVar) na sede da Bolsa de Valores de São Paulo(Bovespa), na capital paulista. A calculadora, que já está em funcionamento desde o final do ano passado, foi desenvolvida em uma parceria entre a Secretaria da Receita Federal e a B3.

Depois do evento, em entrevista a jornalistas, o ministro comentou sobre o esquema criminoso que foi descoberto na Previdência Social em que diversos aposentados e pensionistas tiveram descontos indevidos e não autorizados em seus benefícios.

Haddad informou que os aposentados e pensionistas que foram prejudicados com os descontos não autorizados serão ressarcidos e que parte desse ressarcimento será feito utilizando o bloqueio de contas das associações e sindicatos que lesaram os beneficiários. Questionado se a União irá arcar com o restante do ressarcimento, o ministro disse apenas que essa questão será ainda definida.

“Vamos avaliar aí cada passo para verificar como os prejudicados vão ser reparados pelos danos que foram causados pelas associações que foram desmascaradas pelo governo federal”, disse Haddad.

“A notícia que nós tivemos da Advocacia-Geral da União é que um conjunto apreciável de recursos foram bloqueados das contas das associações que cometeram assaltos. Nós vamos fazer um balanço dessas iniciativas que a Advocacia-Geral da União está tomando e que a Controladoria Geral da União está tomando, justamente para fazer com que quem tem que pagar a conta é quem cometeu o abuso, quem cometeu a fraude. Não é só a responsabilidade penal, existe uma responsabilidade civil também, de ressarcimento de quem foi prejudicado. Essa é a avaliação que está sendo feita e parece que há quantidade de dinheiro disponível dessas associações para começar o ressarcimento de quem foi prejudicado”, acrescentou o ministro.

REFORMA DO IR

A jornalistas, o ministro comentou ainda sobre a reforma do Imposto de Renda, que está sendo relatada pelo deputado Arthur Lira. Haddad revelou que ainda não conversou com Lira sobre a reforma, mas disse acreditar que o relator ainda deverá ouvir o Ministério da Fazenda “para formar um juízo sobre o que está em jogo”.

“Nós estamos à disposição para prestar os esclarecimentos, mas assim que ele nos procurar – e ele já sabe que eu estou 100% à disposição do Parlamento, sobretudo do relator - nós vamos apresentar para ele os nossos cálculos e mostrar que está mais fácil do que parece aprovar essa grande reforma da renda, que visa buscar a justiça”, falou o ministro. “Hoje nós temos um sistema em que a professora de escola pública paga imposto de renda, o policial militar e o bombeiro pagam imposto de renda e quem ganha R$ 1 milhão de reais por ano não paga nada. Nós estamos fixando uma alíquota mínima para todos os brasileiros que tem essa renda para começar uma correção das grandes injustiças”, acrescentou.

Para o ministro, o Brasil vai viver “uma revolução” com as reformas, principalmente a tributária. “A mudança vai ser tão grande que nós vamos sair de um caos e de um inferno para um ambiente transparente, simplificado e digitalizado”, disse ele.

TARIFAÇO

O ministro também voltou a comentar sobre os efeitos da política de tarifaço que está sendo aplicada pelo governo dos Estados Unidos. Segundo Haddad, turbulências estão sendo enfrentadas em todo o mundo.

“Tenho conversado com os meus pares e todo mundo está sofrendo com os efeitos dessa turbulência, seja na Colômbia, no México, qualquer lugar. Cada um está enfrentando à sua maneira. O que eu entendo é que o Brasil está bem posicionado para enfrentar essa turbulência. Nós vamos continuar crescendo, vamos continuar gerando emprego, vamos trazer a inflação para dentro da meta, mas vamos continuar gerando oportunidade de renda, trabalho e renda no Brasil”.

Diário do Acionista
www.diariodoacionista.com.br
Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro
Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tel.: (21) 99122-4278-Claro

São Paulo
Rua Olimpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação
CESAR FIGUEIREDO - Diretor | FELIPE SOARES - Diretor
PAULO DETTMANN - Editor Chefe | HAROLDO PAULINO - Diagramação
redacaodiariodoacionista@gmail.com
PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br
REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com
SERVIÇOS NOTICIOSOS: Agência Estado e Agência Brasil
ANJ Associação Nacional de Jornais
ACESSE NOSSO SITE

Aposentados

INSS vai devolver R$ 292 milhões de descontos ilegais

ALEX RODRIGUES/ABRASIL

O Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) anunciou que, a partir do próximo dia 26, vai começar a restituir cerca de R$ 292,7 milhões a aposentados e pensionistas lesados por descontos não autorizados de mensalidades associativas.

De acordo com o INSS, todos os aposentados e pensionistas que sofreram descontos em abril, independentemente destes terem sido autorizados ou não, receberão os valores de volta até 6 de junho, junto com seus benefícios.

A quantia diz respeito apenas às mensalidades deduzidas dos benefícios previdenciários pagos entre o fim de abril e o início de maio – após a Polícia Federal (PF) e a Controladoria-Geral da União (CGU) deflagrarem uma megaoperação para aprofundar as investigações sobre um esquema nacional de descontos ilegais, motivando o INSS a suspender todos os descontos.

"Esse valor é referente às mensalidades de abril que, mesmo após o bloqueio, foram descontadas [em favor de] sindicatos e associações porque a folha do mês já tinha sido rodado", informou a autarquia, explicando que o dinheiro descontado foi quase que integralmente bloqueado, não tendo sido repassado para as entidades.

O governo federal já tinha se comprometido a devolver rapidamente os valores descontados em abril e maio, embora sem mencionar valores.

"Os recursos descontados dos aposentados já não vão para as associações em maio. Vão ser retidos e, na próxima folha de pagamento, serão restituídos aos aposentados", garantiu o ministro da Controladoria-Geral da União (CGU), Vinicius Marques de Carvalho, um dia após a PF e a CGU realizarem a Operação Sem Desconto.

Na quinta-feira passada, o presidente do INSS, Gilberto Waller Júnior, anunciou que os aposentados e pensionistas vítimas de descontos não autorizados de mensalidades associativas serão ressarcidos pelos prejuízos sofridos a partir de março de 2020 e até março de 2025.

NOTIFICAÇÃO

Na próxima terça-feira, o instituto começará a notificar cerca de 9 milhões de beneficiários que tiveram deduções relativas a mensalidades de filiação a associações, sindicatos e outras entidades sociais.

As notificações serão feitas exclusivamente por meio do aplicativo Meu INSS e pela Central de Atendimento telefônico da autarquia, no número 135.

"(O cidadão) vai abrir estes canais e (verificar que) teve um desconto pela associação X e que o valor descontado é tal. Olhando esse dado, ele pode falar: 'realmente, eu fui associado'. Ou, 'eu não fui associado. Eu não reconheço este vínculo associativo e não concordo com este desconto'", explicou Waller, durante coletiva de imprensa no Palácio do Planalto, em Brasília.

Se a pessoa informar ao INSS que não autorizou os descontos, o instituto notificará a entidade para a qual repassou a quantia cobrada e esta terá 15 dias úteis para comprovar que o aposentado ou pensionista se filiou e autorizou o desconto em folha.

"As que não o fizerem, nós encaminharemos para a AGU, demonstrando o débito para que sejam tomadas as medidas cabíveis", explicou Waller, assegurando que o beneficiário que questionar os descontos não vai precisar apresentar nenhum documento ao INSS.

"Ele não vai preencher nada. Ele simplesmente vai clicar [no Meu INSS] e falar, "este desconto eu não reconheço", prosseguiu o presidente do instituto, acrescentando que caberá às entidades comprovarem a legalidade dos descontos questionados.

Ainda segundo Waller, só ao fim deste processo de averiguação o INSS saberá quantos aposentados e pensionistas foram, de fato, lesados pelo esquema, que, segundo os órgãos de controle e o próprio instituto, se arrasta há anos.

ENTENDA O CASO

A cobrança em folha da mensalidade associativa é permitida desde 1991, quando entrou em vigor a Lei dos Benefícios da Previdência Social. É feita com base nos Acordos de Cooperação Técnica (ACTs) que o INSS assina com as entidades para as quais, posteriormente, repassa o valor deduzido das aposentadorias e pensões.

Dois relatórios que a CGU divulgou nos últimos dias demonstram que o caso já vinha sendo apurado também no âmbito administrativo pelo menos desde o primeiro semestre de 2024.

A Operação Sem Desconto, deflagrada no último dia 23, resultou, de imediato, na exoneração do então presidente do INSS Alessandro Stefanutto, que foi substituído por Waller.

Quatro dirigentes da autarquia e um policial federal lotado em São Paulo também foram cautelarmente afastados de suas funções.

Poucos dias depois, o pedetista Carlos Lupi deixou o comando do Ministério da Previdência Social, ao qual o INSS está subordinado.

No rastro da Operação Sem Desconto, o INSS suspendeu os acordos de cooperação com todas as associações, sindicatos e entidades e, consequentemente, os descontos automáticos de milhões de beneficiários.

A AGU criou um grupo especial para propor medidas judiciais e administrativas para tentar recuperar o prejuízo, ressarcir os beneficiários do INSS prejudicados e propor novas medidas contra fraudes.

Por decisão judicial, mais de R$ 1 bilhão em bens patrimoniais dos investigados já estão bloqueados para, eventualmente, reparar parte dos danos. Nesta quinta-feira, a AGU pediu à Justiça Federal que bloqueie R$ 2,56 bilhões em bens de 12 entidades associativas.

Dados do instituto e da CGU apontam para o "súbito aumento no montante dos descontos de mensalidades associativas realizados na folha de pagamento dos beneficiários do INSS" a partir de 2016, quando os descontos associativos somaram R$ 413 milhões.

Em 2017, o montante subiu para R$ 460 milhões. Já em 2018, foram descontados R$ 617 milhões. Em 2019, R$ 604 milhões. Em 2020, em meio à pandemia da covid-19, o valor caiu para R$ 510 milhões. Em 2021, o total voltou a subir, atingindo R$ 536 milhões. Em 2022, foram R$ 706 milhões. Em 2023, R$ 1,2 bilhão. E, no ano passado, R$ 2,8 bilhões.

As reclamações ao INSS cresceram quase que no mesmo ritmo dos descontos. Só entre janeiro de 2023 e maio de 2024, o instituto recebeu mais de 1,163 milhão de pedidos de cancelamento de cobranças. A maioria, com a justificativa de que não tinha sido autorizada pelos beneficiários ou seus representantes legais.

Quinta-feira, a ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, afirmou que o governo federal vai ressarcir todas as vítimas de descontos ilegais, usando, para isso, bens patrimoniais das pessoas e empresas que participavam do esquema criminoso.

"Ninguém vai ficar prejudicado nessa conta. Todos serão ressarcidos", declarou Tebet.

"A única coisa que temos que ponderar é que o dinheiro que irá ressarcir é não só fruto da apreensão de bens, porque isso pode ser insuficiente. Se precisar a União complementar, nós iremos complementar, mas vamos complementar com dinheiro público. Então temos que ter a responsabilidade de só restituir para quem deve (ser restituído)", acrescentou.

Abradee

Consumidor de baixa tensão paga 3,8% na tarifa de energia

POR RENAN MONTEIRO

O consumidor de energia elétrica classificado na baixa tensão sente um impacto médio de 3,8% na tarifa de energia com os custos da Micro e Minigeração Distribuída (MMDG), mas apenas 0,91% é quantificado na Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), de acordo com balanço feito Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee) com base em dados da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

O total de 2,89%, fora o porcentual verificado na CDE, é definido como despesa "implícita" - por representar aumento de custo para o sistema de transmissão e distribuição, sem aparecer de forma clara na lista de itens que oneram a tarifa de energia elétrica.

Os dados foram apresentados nesta sexta-feira, em conversa com jornalistas.

Na classificação por regiões, é identificado um impacto de 6,24% na tarifa de energia com os custos da Micro e Minigeração Distribuída (MMDG) para os consumidores de baixa tensão no Centro Oeste.

No Sul e no Sudeste esse percentual é de 4,63% e 3,35%, respectivamente, tendo em vista o que é está identificada explícita e implicitamente na fatura de energia. Para o Nordeste e Norte, o impacto percebido é 4,15% e 1,31%, respectivamente.

A cada 15 minutos, uma usina de MMGD é conectada no Brasil, de acordo com os dados apresentados. A geração distribuída é a produção de energia elétrica feita próximo ao local de consumo, utilizando fontes renováveis como painéis solares. Dentro desse modelo, a microgeração e a minigeração distribuída (MMGD) apresentam menor capacidade de geração de energia em cada instalação.

Quarto trimestre

Camil Alimentos reverte lucro e registra prejuízo

A Camil Alimentos, multinacional de origem brasileira, teve prejuízo líquido de R$ 24,6 milhões no quarto trimestre fiscal de 2024, encerrado em fevereiro, informou a empresa na última quinta-feira, depois do fechamento do mercado. Em igual período anterior, a empresa obteve lucro líquido de R$ 106,6 milhões. A companhia atua em arroz, feijão, café, açúcar, massas, pescados e biscoitos.

Já a receita líquida aumentou 11,7%%, de R$ 2,682 bilhões para R$ 2,997 bilhões no quarto trimestre fiscal de 2024. No segmento alimentício Brasil, a receita líquida aumentou 3,5%%, para R$ 2,175 bilhões. O segmento alimentício internacional obteve receita líquida 41,5% maior, de R$ 822,3 milhões.

O Ebitda (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) da companhia caiu 23,6% na mesma comparação, de R$ 253,8 milhões para R$ 193,9 milhões. A margem Ebitda retraiu 3,0 pontos porcentuais do quarto trimestre fiscal de 2023 para o quarto trimestre fiscal de 2024, encerrando o período em 6,5%.

A alavancagem (relação entre dívida líquida e Ebitda) terminou o quarto trimestre fiscal de 2024 em 3,0 vezes ante 2,9 vezes de igual período do ano fiscal anterior.

Bacia de Santos

Petrobras descobre petróleo no campo de Aram

DENISE LUNA/AE

A Petrobras identificou a presença de petróleo de excelente qualidade e sem contaminantes no pré-sal no campo de Aram, localizado na bacia de Santos. A empresa tem intensificado a exploração na busca de reservas e Aram é uma das suas grandes apostas.

O poço 3-BRSA-1396 D-SPS está localizado a 248 quilômetros da cidade de Santos, em São Paulo, em profundidade d'água de 1.952 metros.

"A perfuração desse poço já foi concluída, tendo o intervalo portador de petróleo sido constatado através de perfis elétricos, indícios de gás e amostragem de fluido. O consórcio dará início às análises laboratoriais para caracterizar as condições dos reservatórios e fluidos encontrados, que permitirão avaliar o potencial da área", explicou a Petrobras em nota nesta sexta-feira.

Segundo a Petrobras, serão perfurados mais dois poços e realizado um teste de formação como parte do Plano de Avaliação de Descoberta (PAD).

O PAD tem prazo final em 2027 e atividades adicionais de aquisição de dados poderão ser realizadas, conforme planejamento e obrigações contratuais estabelecidas junto à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), ressaltou a estatal.

CONCESSÃO DE LICENÇA

CARVALHO HOSKEN S/A ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES, CNPJ nº. 33.342.023/0001-33, torna público que recebeu da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbanístico e Licenciamento - SMDU, através do processo nº. EIS-PRO-2023/05832.02, a Autorização Ambiental Municipal - AAM-2025/00003 com validade até 30/04/2027, para serviços de limpeza e desassoreamento de vala provisória de drenagem, situado na Estrada Santa Maura, S/Nº, PAL 49260, Jacarepaguá, Rio de Janeiro/RJ.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS
CONCESSÃO DE LICENÇA
27.383.117/0003-10

A **NEW WAVE TECH S.A. - CNPJ: 27.383.117/0003-10** torna público que recebeu da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Proteção Animal de Duque de Caxias–SMMAPA a Licença de Instalação nº 009/2025, emitida em 14 de março de 2025. Esta licença é válida até 19 de fevereiro de 2027. Objetivo trata-se de Licença de Instalação para acréscimo de tanque de nitrogênio em galpão existente, em terreno com área total construída, com 750,00 m², localizado na Avenida Mascarenhas de Moraes, N° 2034 – Lotes 9 e 11 – Quadra 25 C, Bairro Chácaras Rio-Petrópolis, 2° Distrito de Duque de Caxias, RJ, referente ao processo n° 019/000.739/2024.

PV 1121 Empreendimentos S.A.

CNPJ nº 30.757.221/0001-70

Demonstrações Financeiras - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em milhares de reais, exceto resultado por ação)

Balanços patrimoniais

Ativo	2024	2023	Passivo	2024	2023
Circulante			**Circulante**		
Caixa e equivalentes de caixa	21	461	Fornecedores	8	185
Outros Créditos	-	2	Tributos a pagar	8	43
Despesas antecipadas	-	75	**Total do passivo circulante**	**16**	**228**
Total do ativo circulante	**21**	**538**	**Patrimônio líquido**		
Não circulante			Capital social	210.881	200.001
Estoque de imóveis	107.001	173.817	Capital social a integralizar	(3.800)	-
Imobilizado	-	1	Adiantamento para futuro aumento de capital	-	450
Total do ativo não circulante	**107.001**	**173.818**	Prejuízos acumulados	(100.075)	(26.323)
			Total do patrimônio líquido	**107.006**	**174.128**
Total do ativo	**107.022**	**174.356**	**Total do passivo e patrimônio líquido**	**107.022**	**174.356**

Demonstração da mutação do patrimônio líquido

	Notas	Capital Social	Capital Social a integralizar	Adiantamento para futuro aumento de capital	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**200.001**	**(6.349)**	**-**	**(20.009)**	**173.643**
Integralização de capital	7	-	6.349	-	**-**	**6.349**
Adiantamento para futuro aumento de capital	7	-	-	450	-	**450**
Prejuízo do exercício		-	-	-	(6.314)	**(6.314)**
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**200.001**	**-**	**450**	**(26.323)**	**174.128**
Aumento de capital	7	10.880	(3.800)	(450)	**-**	**6.630**
Prejuízo do exercício		-	-	-	(73.752)	**(73.752)**
Saldos em 31 de dezembro de 2024		**210.881**	**(3.800)**	**-**	**(100.075)**	**107.006**

Demonstração do resultado

	2024	2023		2024	2023
Receita líquida de aluguel	16	18	Receitas financeiras	-	5
(+/-) Despesas / receitas operacionais:			**(=) Prejuízo antes das provisões tributárias**	**(73.751)**	**(6.312)**
Despesas gerais e administrativas	(6.916)	(6.334)	Imposto de renda e contribuição social	(1)	(2)
Redução ao valor realizável líquido	(66.851)	-	**(=) Prejuízo do exercício**	**(73.752)**	**(6.314)**
(=) Lucro antes do resultado financeiro	**(73.751)**	**(6.316)**	**Prejuízo básico e diluído por ação (em reais)**	**(0,3497)**	**(0,0316)**
Despesas financeiras	-	(1)			

Demonstração do resultado abrangente

	2024	2023
Prejuízo do exercício	(73.752)	(6.314)
Resultado abrangente do exercício	**(73.752)**	**(6.314)**

Demonstração dos fluxos de caixa (método indireto)

	2024	2023
Das atividades operacionais		
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	**(73.751)**	**(6.312)**
Ajustes para reconciliação do resultado do exercício com o caixa provenientes das atividades operacionais:		
Redução ao valor realizável líquido dos estoques	66.851	-
Depreciação ao ativo imobilizado	1	1
	(6.899)	**(6.311)**
(Acréscimo)/decréscimo em ativos		
Créditos diversos	2	13
Estoques de imóveis	(35)	(345)
Despesas antecipadas	75	(14)
Acréscimo/(decréscimo) em passivos		
Fornecedores	(177)	27
Tributos a pagar	(35)	13
Imposto e renda e contribuição social pagos	(1)	(2)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais	**(7.070)**	**(6.619)**
Das atividades de financiamento		
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	450
Integralização de capital	6.630	6.349
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamento	**6.630**	**6.799**
Aumento (Redução) do caixa e equivalentes de caixa	**(440)**	**180**
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	461	281
No final do exercício	21	461
Aumento (Redução) do caixa e equivalentes de caixa	**(440)**	**180**

Diretoria

João Rodrigues Teixeira Junior
CPF: 036.293.778-82
Administrador

Innova Planning RJ Serviços Contábeis Ltda.
RJ 005370/O-3
Fábio da Silva Baptista

OUTONO: Sol com nuvens e pancadas de chuva à tarde. Noite chuvosa. Manhã Tarde Noite 30º 20º 85% 06:33 17:30

Cardeal Tempesta

Orani João Tempesta, O.Cist
Arcebispo do Rio de Janeiro

Quarto Domingo do Tempo Pascal

O Quarto Domingo da Páscoa é o Domingo do Bom Pastor. Depois de várias aparições de Cristo ressuscitado — às mulheres, aos apóstolos, aos discípulos —, hoje Jesus se apresenta como o Bom Pastor! É um título de Cristo muito familiar aos primeiros cristãos. A liturgia deste domingo convida-nos a meditar na misericordiosa ternura de nosso Salvador, para que reconheçamos os direitos que Ele adquiriu sobre cada um de nós com a sua morte.

No Evangelho (Jo 10,27-30), Jesus se apresenta como o Bom Pastor. Trata-se de uma catequese sobre a missão de Jesus: conduzir o homem às pastagens verdejantes e às fontes cristalinas, de onde brota a vida em plenitude. O Bom Pastor aparece numa atitude de ternura com as ovelhas: Ele as conhece, as chama pelo nome, caminha com elas, e estas O seguem. Elas escutam a Sua voz porque sabem que Ele as conduz com segurança.

Além do título de Bom Pastor, Cristo aplica a Si mesmo a imagem da porta, pela qual se entra no aprisco das ovelhas — que é a Igreja. Ensina o Concílio Ecumênico Vaticano II: "A Igreja é o redil, cuja única porta e necessário pastor é Cristo" (LG, 6). No redil entram os pastores e as ovelhas.

Jesus é a porta das ovelhas! Para as ovelhas, isso significa que Jesus é o único acesso às pastagens que dão vida. Para os cristãos, o Pastor por excelência é Cristo: Ele recebeu do Pai a missão de conduzir o rebanho de Deus. Portanto, Cristo deve conduzir as nossas escolhas.

Cristo é o nosso Pastor! Ele conhece as ovelhas e as chama pelo nome, mantendo com cada uma delas uma relação muito pessoal. A existência humana é complexa demais para que se possa vivê-la com segurança absoluta. Jesus, porém, oferece àqueles que O seguem a direção exata e a proteção eficaz para evitar os elementos que podem prejudicar.

Neste Quarto Domingo da Páscoa, a Igreja sempre nos faz escutar algum trecho do capítulo 10 do Evangelho de São João. Nele, Jesus se apresenta como a porta do redil das ovelhas e como o Bom Pastor. Por isso mesmo, este domingo é comumente chamado de Domingo do Bom Pastor; é também o dia de oração pelas vocações sacerdotais e religiosas. Rezemos hoje para que muitos jovens escutem o chamado do Senhor e digam um "sim" generoso ao sacerdócio e à vida religiosa.

Que nossos jovens descubram a beleza indizível de ser padre, de ser outro Cristo, de ser homem de Deus — presença de Jesus Cristo entre os irmãos: Cristo que dá vida no Batismo, que perdoa na Confissão, que santifica o amor humano no Matrimônio, que conforta na doença pela Unção dos Enfermos, Cristo que se oferece como sacrifício ao Pai e alimento aos irmãos na Eucaristia!

Neste domingo, devemos voltar nossos olhares aos presbíteros. Ser padre é ser, no mundo, sinal de Cristo; presença de Cristo que aconselha, que acolhe, que socorre, que exerce a misericórdia, que mostra o caminho! Que muitos jovens possam, sem medo e sem divisão de coração, consagrar toda a vida a Jesus pelo celibato fiel e generosamente vivido, sendo sinal do mundo que há de vir, quando nem eles se casam, nem elas se dão em casamento!

Rezemos, caríssimos no Senhor, rezemos pelas vocações: que o Senhor nos envie os padres santos e sábios de que a Igreja tanto precisa — homens totalmente para Deus, homens totalmente para os irmãos, homens que tenham profunda consciência da santidade do sacerdócio, homens fidelíssimos a Cristo e à sua Igreja Católica.

Portanto, coloquemos o nosso olhar em Cristo ressuscitado, o Bom Pastor que deu a vida pelas ovelhas e quis morrer pelo rebanho! Nunca esqueçamos que temos, a cada dia, uma decisão a tomar: ouvir ou não o Senhor, seguir ou não o Senhor, acolher ou não o Salvador! Se não abrirmos para Cristo o nosso coração, restar-nos-á a secura de uma vida vivida somente para nós — uma vida sem a luz e a suavidade do Senhor, agora e pela eternidade!

Diário do Acionista
Tels.: (21) 99122-4278 / (11) 2655-1899

FUNDAÇÃO SEADE

São Paulo cria 210 mil vagas de emprego no 1º trimestre

O estado de São Paulo criou 210 mil vagas de emprego com carteira assinada nos primeiros três meses deste ano, o equivalente a 2,3 mil por dia. Os dados são da Fundação Seade, com base nas informações do Caged, do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). No acumulado de 12 meses (de abril de 2024 a março de 2025), foram 453.496 oportunidades. Só no mês de março, o saldo foi de 35 mil novos postos de trabalho. Com esse resultado, o estoque de empregos formais alcançou 14,5 milhões.

"São Paulo foi responsável por quase metade da criação de empregos no país no mês de março. Isso nos mostra que nossas políticas de incentivos a oportunidades para a entrada no mercado de trabalho estão dando certo. A criação de postos de trabalho é resultado de mais empresas abrindo, mais indústrias se instalando em nosso estado e a capacitação qualificada dos jovens", afirma o Governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas.

Em todos os períodos, houve crescimento na criação de vagas de emprego no estado: 0,24% em março, 1,46% no trimestre e 3,22% no acumulado de 12 meses.

Além disso, São Paulo criou 48,7% do total de vagas com carteira assinada do país em março, 32% do total no 1º trimestre e 28,1% em 12 meses.

SALÁRIO MÉDIO

Em março, o estado de São Paulo teve o maior salário médio de admissão do país, de R$ 2.502,26, seguido por Distrito Federal (R$ 2.347,09) e Santa Catarina (R$ 2.262,11). No Brasil, o salário médio no período ficou em R$ 2.225,17. O Sudeste foi a região com maior valor no país (R$ 2.368,45). O aumento do salário em São Paulo foi de 1,21% em relação ao mês anterior e de 0,45% ante março de 2024.

FECOMÉRCIO

Comércio em SP deve faturar 5,4% no Dia das Mães em 2025

BRUNO BOCCHINI/ABRASIL

O comércio varejista do estado de São Paulo deve faturar 5,4% com as vendas para o Dia da Mães em 2025, em comparação com a mesma data do ano passado. Segundo estimativa da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP), o faturamento do comércio varejista paulista poderá atingir R$ 75,3 bilhões, um salto de R$ 3,86 bilhões em relação a 2024.

De acordo com a projeção, as lojas de móveis e decoração deverão registrar o maior aumento nas vendas: 15,8% em relação ao ano passado.

"As previsões sugerem um aumento na procura por bens duráveis para o lar, possivelmente impulsionado pela ampliação do crédito – apesar dos juros elevados – e pelo desejo de presentear as mães com itens de maior valor agregado", disse a FecomercioSP, em nota.

As vendas nas lojas de vestuário, tecidos e calçados também deverão crescer (14,7%), assim como nas farmácias e perfumarias (10%).

Segundo levantamento realizado pela FecomercioSP, 71,7% dos paulistas pretendem presentear as mães, reforçando a importância econômica da ocasião. Os dados mostram, no entanto, que quase 30% dos entrevistados não presentearão da data, seja por razões econômicas ou emocionais: 9% alegaram falta de condições financeiras ou endividamento, enquanto 3,6% disseram estar desempregados.

VIOLÊNCIA POLICIAL

Uso de câmeras por PMs na gestão Tarcísio após acordo com Supremo

LÍVIA MACHADO/AE

O governo de São Paulo, a Defensoria Pública e o Ministério Público entraram em um acordo sobre a política de uso de câmeras corporais pela Polícia Militar do Estado.

O documento foi homologado quinta-feira passada, pelo Supremo Tribunal Federal (STF), responsável por mediar o processo. A decisão ocorre pós três audiências de conciliação promovidas pelo STF.

A principal mudança afeta o modelo de gravação. Conforme previsto em edital, ele deixará de ser ininterrupto. Os policiais terão autonomia para acionar o equipamento somente durante operações e abordagens.

O novo modelo começou a ser usado ainda em fase de testes no final do ano passado. À época, Tarcísio passou a defender o equipamento e admitiu que tinha errado ao questionar a eficácia e importância das câmeras nas fardas. Ele também alegou que a troca só seria feita após avaliação dos resultados.

As discussões chegaram ao STF justamente após o MP e a Defensoria questionarem o fim da gravação ininterrupta - que poderia prejudicar a qualidade e a eficácia do registro da ocorrência.

Com a inclusão de políticas de fiscalização, obrigatoriedade do uso, ampliação do número de equipamentos, distribuição e transparência, o modelo foi aceito e o acordo homologado.

Veja abaixo as alterações:

GRAVAÇÃO

Como é: Modelo atual usado pelos policiais tem gravação contínua, ou seja, registra tudo que ocorre durante o turno.

Como será: Gravação deixa de ser ininterrupta. Policiais passam a ter autonomia para acionar o equipamento durante abordagens e operações.

ACIONAMENTO

Como é: Modelo atual prevê apenas acionamento manual, ou seja, precisa ser feito pelo próprio policial.

Como será: As câmeras poderão ser acionadas de três formas:

- pelos próprios policiais;
- pelo Centro de Operações da Polícia Militar;
- e de maneira automática, por bluetooth, quando um agente estiver a menos dez metros de uma ocorrência;
- se câmera for desligada durante uma ocorrência, haverá mecanismos de ativação automática, sem a perda de imagens.

QUANTIDADE

Como é: PM tem atualmente 10.025 mil equipamentos em uso.

Como será: Número deverá subir para 15 mil câmeras. Dessa forma, todos os batalhões considerados prioritários serão atendidos.

OPERAÇÕES DE RISCO

Como é: Uso não é obrigatório em grandes operações ou ações em comunidades e após ataques a policiais.

Como será: Uso passa ser obrigatório nas seguintes situações:

- Operações de grande envergadura;
- Incursões em comunidades vulneráveis;
- Em resposta a ataques praticados contra policiais militares

DISTRIBUIÇÃO

Como é: Não tinha critério e chegou até a ser direcionada para batalhões que atuam no trânsito.

Como será: Direcionada aos batalhões de alta e média letalidade, como os BAEPS e unidades da Baixada Santista.

TRANSPARÊNCIA

Como é: Sem dados públicos sobre a distribuição e acesso às imagens dependia de autorização judicial.

Como será: Ministério Público do Estado (MP-SP) deverá ser comunicado mensalmente sobre todos os processos administrativos instaurados. Relatórios semestrais deverão ser divulgados sobre a atividade disciplinar, em razão do uso inadequado de COPs.

FISCALIZAÇÃO

Como é: Praticamente inexistente. Sem regras e informações claras sobre uso incorreto do equipamento.

Como será: Governo deverá fortalecer programa de capacitação sobre o uso adequado das câmeras, além de editar, no prazo de 60 dias, norma com as diretrizes e os procedimentos operacionais relativos à utilização das COPs pela PM. O Estado assumiu o compromisso de conduzir, de forma rápida e com base nas leis aplicáveis, processos administrativos disciplinares para apurar eventual descumprimento das normas relativas ao uso do equipamento.

PROFESSORA MORTA

Ex-mulher é presa suspeita de ser mandante de assassinato

JOSÉ MARIA TOMAZELA
E CAIO POSSATI/AE

A veterinária Fernanda Loureiro Fazio, ex-mulher da professora Fernanda Reinecke Bonin, encontrada com sinais de estrangulamento no último dia 28 no Autódromo de Interlagos, zona sul de São Paulo, foi presa nesta sexta-feira. Segundo a Polícia Civil, ela é suspeita de ter mandado matar a companheira. A motivação ainda é investigada - entre as hipóteses, estão o término do relacionamento ou o dinheiro do seguro. A veterinária, que teve a prisão decretada pela Justiça, foi presa no escritório de seu advogado - segundo a polícia, ela não tinha intenção de se entregar.

Em depoimentos prestados à polícia, Fernanda Fazio negou envolvimento na morte da ex.

Outros três homens - Rosemberg Joaquim de Santana, Ivo Rezende dos Santos e João Paulo Boulquin - e uma mulher, cuja identidade não foi revelada, também são suspeitos de participar do crime, registrado como feminicídio. A polícia pediu também a prisão de mais dois dos suspeitos.

A polícia ainda está investigando como se deu a ligação da Fernanda com os executores. Até agora, eles apuraram que Rosemberg, (que atuava como uma espécie de faz-tudo dela, teria acionado os demais envolvidos.

João Paulo já foi detido e Ivo segue foragido. Carro encontrado e imagens de câmeras de segurança. O caso teve desfecho após a prisão de um homem, flagrado por câmeras de monitoramento abandonando o carro da professora em uma rua perto do autódromo, no mesmo dia em que o corpo foi achado. Ele estava na companhia de uma mulher.

A polícia chegou à identidade dele através das impressões digitais colhidas no veículo. O suspeito confirmou ter deixado o carro no local, mas negou a participação no crime.

TRAMA GOLPISTA

Ramagem: STF faz maioria para enfrentar decisão da Câmara

RAYSSA MOTTA/AE

A Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) formou maioria nesta sexta-feira, em uma sessão extraordinária no plenário virtual, para limitar a resolução da Câmara dos Deputados que determinou a suspensão do processo do golpe contra o deputado Alexandre Ramagem (PL-RJ) enquanto durar o mandato.

Como relator, o ministro Alexandre de Moraes foi o primeiro a se manifestar. Ele votou para dar sequência ao processo e foi acompanhado por Cristiano Zanin e Flávio Dino.

A votação fica aberta até a próxima terça-feira, na plataforma virtual de julgamentos do STF. Nessa modalidade, não há debate entre os ministros. Eles registram os votos no sistema online. Estão pendentes as manifestações de Luiz Fux e Cármen Lúcia.

O PL, partido do ex-presidente Jair Bolsonaro, que tem a maior bancada na Câmara, foi o autor da proposta de resolução. O texto foi aprovado por 315 votos a favor e 143 contra. Mais da metade dos votos veio de partidos do Centrão, que têm ministérios no governo Lula.

Os deputados se basearam em uma regra da Constituição que autoriza a Câmara e o Senado a suspenderam o andamento de processos criminais contra parlamentares, desde que a decisão tenha o apoio da maioria do plenário da Casa Legislativa.

Como Ramagem é um dos réus, a Câmara aprovou a suspensão, em uma tentativa de beneficiar também os demais alvos do processo, incluindo o ex-presidente.

Em seu voto, Alexandre de Moraes deixou expresso que Bolsonaro não pode ser beneficiado pela resolução porque ela vale apenas para parlamentares no exercício do mandato e, na avaliação do ministro, não se estende a outros réus no mesmo processo. Segundo Moraes, a prerrogativa tem "caráter personalíssimo".

Além disso, a regra vale apenas para crimes posteriores à diplomação. É com base nessa previsão que Moraes votou para manter a tramitação da ação penal e foi acompanhado pelos colegas.

Dois crimes imputados a Ramagem no processo são posteriores à diplomação - dano qualificado e deterioração de patrimônio tombado. São os crimes relacionados aos atos de vandalismo do 8 de Janeiro de 2023. Em relação a eles, Moraes defendeu a suspensão do processo até o fim do mandato.

O deputado também responde por outros três crimes - organização criminosa armada, golpe de estado e tentativa de abolição violenta do estado democrático - relacionados às supostas articulações do plano de golpe.

Em seu voto, o ministro Cristiano Zanin, presidente da Primeira Turma, argumentou que a suspensão integral do processo produziria "efeitos não desejáveis em relação a corréus custodiados que, mesmo não possuindo imunidade material, teriam o trâmite das imputações que lhes pesam suspenso enquanto durar o mandato parlamentar correspondente". É o caso do general Walter Braga Netto, preso preventivamente do inquérito do golpe

O ministro Flávio Dino defendeu que as funções típicas de cada Poder devem ser prestigiadas, enquanto que funções atípicas - em face da nota de excepcionalidade - exigem sempre interpretação restritiva".

"Nesse contexto, é evidente que o Congresso Nacional exerce funções de julgamento em alguns casos, adstrito contudo à responsabilidade político-administrativa. Incursões na seara da aplicação do Direito Penal e Processual Penal não constituem função típica do Poder Legislativo em nenhum país do mundo."

JUSTIÇA

6ª Turma do TRF-1 obriga Abin a divulgar dados sigilosos

LUCAS KESKE/AE

A 6ª Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1) decidiu, de forma unânime, condenar a Agência Brasileira de Inteligência (Abin) a liberar um conjunto de dados que, embora já desclassificados, continuavam sendo mantidos sob sigilo. A decisão, publicada na quarta-feira passada, se baseou na Lei de Acesso à Informação (LAI).

"Quando veio a LAI, ela normatizou o inciso 33 do artigo 5.º da Constituição, em âmbito nacional. Então, ela vale para toda e qualquer hipótese. Inclusive, no artigo 23 da LAI, quando há a previsão de que as informações que envolvam risco à soberania e à segurança do Estado serão classificadas nos termos dela é, justamente, pensando que qualquer informação será classificada na forma com que ela estipula", afirma o advogado Fernando Canhadas, que conduz o processo.

Para ele, a decisão "é histórica", especialmente porque esclarece um equívoco conceitual: "Alguns órgãos se viam alheios à LAI justamente pela natureza das informações que eles detêm, e a Abin é o exemplo mais icônico disso", afirmou Canhadas. A decisão atendeu à ação movida pela Fiquem Sabendo, com representação do escritório Lima-Law, ainda em 2020.

Para Canhadas, a decisão pode ser um divisor de águas em relação ao que nós tínhamos no passado a essa a "essa compreensão equivocada do âmbito de aplicação da lei e que vai nortear a partir de agora a atuação [...] vai nortear a atuação dos próprios órgãos que detém informações desta natureza", explicou

Durante o julgamento, a União não negou que os documentos já estavam desclassificados, mas argumentou que seu conteúdo poderia "expor a própria agência, bem como os servidores que nela trabalham". A decisão, tomada em segunda instância, ainda está sujeita a recurso.

PERDA DO MANDATO

Maioria do STF condena Carla Zambelli a 10 anos de prisão

RAYSSA MOTTA/AE

A Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) começou a julgar nesta sexta-feira, a deputada federal Carla Zambelli (PL-SP) e o hacker Walter Delgatti, o Vermelho, pela invasão aos sistemas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Eles respondem por invasão de dispositivo informático e falsidade ideológica.

Como relator, o ministro Alexandre de Moraes foi o primeiro a votar. Ele defendeu a condenação da deputada e do hacker. Carla Zambelli nega envolvimento nos crimes.

O ministro propôs uma pena de 10 anos de reclusão, em regime inicial fechado, para a deputada e de 8 anos de 3 meses de reclusão para Delgatti.

Segundo Moraes, os crimes estão comprovados e a denúncia descreveu "todos os fatos que compuseram a cronologia do plano criminoso". Para o ministro, a participação de Carla Zambelli como "instigadora e mandante" do ataque é "inequívoca".

Os ministros Flávio Dino e Cristiano Zanin acompanharam o relator.

A votação fica aberta até a próxima sexta-feira, na plataforma virtual de julgamentos do STF. Nessa modalidade, não há debate entre os ministros. Eles registram os votos no sistema online.

Estão pendentes dos votos de Luiz Fux e Cármen Lúcia.

O ataque aos sistemas do CNJ aconteceu em janeiro de 2023. Foi emitido um mandado falso de prisão contra o ministro Alexandre de Moraes.

"Expeça-se o mandado de prisão em desfavor de mim mesmo, Alexandre de Moraes. Publique-se, intime-se e faz o L", dizia o documento fake.

Também foi produzido um recibo de bloqueio de R$ 22,9 milhões em bens do ministro. O valor corresponde à multa imposta por Moraes ao PL, partido do ex-presidente Jair Bolsonaro, por questionar as urnas eletrônicas nas eleições de 2022. Havia ainda uma ordem, também falsa, para quebrar o sigilo bancário do ministro

A denúncia da Procuradoria-Geral da República (PGR) afirma que Carla Zambelli "comandou" e ajudou no "planejamento" do ataque cibernético. Walter Delgatti confessou os crimes.

A Polícia Federal (PF) apontou, no relatório final da investigação, que documentos apreendidos com a deputada correspondem, integral ou parcialmente, aos arquivos inseridos pelo hacker no sistema do CNJ, o que para os investigadores comprova que ela participou do ataque. Em seu voto, Alexandre de Moraes afirma que essa é uma "prova técnica irrefutável e demonstra, além de qualquer dúvida razoável, o envolvimento direto" da deputada nos crimes. A PF concluiu que o ataque foi planejado para colocar em dúvida a credibilidade do Poder Judiciário.

Walter Delgatti narrou à Polícia Federal que recebeu cerca de R$ 40 mil para tentar invadir os sistemas do Judiciário. Ele entregou comprovantes de transferências que somaram R$ 10,5 mil feitas por um ex-assessor da deputada. O restante, segundo o relato, teria sido entregue em espécie, em São Paulo. Os investigadores desmontaram parte do depoimento. A PF concluiu que os pagamentos do ex-assessor foram para comprar garrafas de uísque.

As únicas mensagens encontradas entre Carla Zambelli e Walter Delgatti são sobre Moraes. A deputada enviou dois áudios pedindo o endereço do ministro. Ela alega que sua mãe queria enviar uma carta ao magistrado.

A deputada também alegou que contratou o hacker para administrar seu site e redes sociais, mas assessores ouvidos na investigação negaram que ele tenha efetivamente prestado esses serviços.

Carla Zambelli responde a outro processo no STF por perseguir um homem com uma pistola na véspera do segundo turno das eleições de 2022. Há maioria formada para condenar a deputada por porte ilegal de arma e constrangimento ilegal com emprego de arma de fogo e cassar o mandato dela, mas o julgamento está suspenso por um pedido de vista do ministro Kassio Nunes Marques.

MST

Gleisi visita Feira da Reforma Agrária 2025

A chefe da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República, ministra Gleisi Hoffmann, visitou nesta sexta-feira, a Feira Nacional da Reforma Agrária 2025, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), no Parque da Água Branca, na zona oeste de São Paulo.

"Uma alegria estar aqui nessa feira da reforma agrária que todo ano marca a cidade de São Paulo, mas também traz também para a população o que é o MST e o que significa a reforma agrária para o desenvolvimento do País e uma alimentação de qualidade para o nosso povo", disse Gleisi.

"É para mostrar a importância que tem a produção agrícola e camponesa. E principalmente, livre de agrotóxicos. Isso é uma grande propaganda que a gente faz sobre essa produção e a luta que fazemos para fazer a reforma agrária. Não vamos ter desenvolvimento econômico e social se não fizermos reforma agrária. Trago aqui a minha saudação, estamos juntos com o movimento. Temos tudo para fazer um País mais desenvolvido e com mais justiça social", finalizou a ministra.

ALIADOS DE PARTIDO

Hugo Motta amplia poderes do procurador da Câmara Marcos Pereira

LUCAS KESKE/AE

FABIO RODRIGUES-POZZEBOM/ABRASIL

O procurador legislativo da Câmara dos Deputados teve seus poderes ampliados em ato na Mesa Diretora publicado pelo presidente da Casa, Hugo Motta (Republicanos-PB). Com a alteração publicada no *Diário Oficial da Casa* na quarta-feira passada, o atual ocupante do cargo e presidente do Republicanos, deputado Marcos Pereira (SP), passa a poder publicar atos sem a chancela da Mesa e acionar a Advocacia da Câmara.

A função da Procuradoria da Câmara é assessorar juridicamente a Casa e defender as prerrogativas e imunidades dos parlamentares. Marcos Pereira foi empossado oficialmente em 9 de abril deste ano.

Com o novo ato, o procurador legislativo passa a ter autorização para acionar diretamente a Advocacia da Câmara, que é responsável pela adoção das medidas judiciais e extrajudiciais.

Além disso, poderá agir de ofício, ou seja, por iniciativa própria, em casos que apresentem indícios de violação aos interesses da Câmara, de seus órgãos ou de seus integrantes. Nesses casos, poderá solicitar diligências ou instaurar investigações administrativas no âmbito de sua competência. A norma também permite que o procurador delegue a execução de tarefas tanto a servidores da Procuradoria Legislativa quanto da Advocacia da Casa.

No campo jurídico, o ato também restringe que representações judiciais dentro da esfera de atuação da Procuradoria sejam feitas exclusivamente por servidores efetivos da Câmara que sejam bacharéis em Direito e estejam regularmente inscritos na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

Segundo a justificativa do ato, apresentada por Motta e pelos demais membros da Mesa, as mudanças visam "regulamentar os procedimentos internos da Procuradoria Parlamentar, visando efetivar as suas competências".

Ainda conforme o documento, as atualizações são uma resposta à necessidade de alinhar as práticas da Procuradoria Parlamentar à estrutura instituída em 2021, com a criação da Advocacia da Câmara.

Além de Motta, assinam o ato o vice-presidente da Câmara, Altineu Côrtes (PL-RJ), o primeiro-secretário, Carlos Veras (PT-PE), o segundo-secretário, Lula da Fonte (PP-PE), e a terceira-secretária, Delegada Katarina (PSD-SE).

SANTOS-GUARUJÁ

Membros dos Três Poderes buscam referência na Europa

LUIZ ARAÚJO/AE

Representantes dos Três Poderes e da iniciativa privada participaram nesta semana de uma missão internacional organizada pelas frentes parlamentares de Portos e Aeroportos (FPPA) e da Ligação Seca Santos-Guarujá (FPLS). A comitiva brasileira, composta por 45 integrantes, visitou o canteiro de obras do Túnel Fehmarnbelt, estrutura submersa de 18 quilômetros que ligará Alemanha e Dinamarca e é considerada a maior do tipo no mundo.

A visita teve como objetivo conhecer modelos de engenharia, processos construtivos e protocolos de sustentabilidade aplicados na Europa que servirão de referência para o projeto do túnel submerso entre Santos e Guarujá, no litoral paulista. A obra brasileira terá 1,5 quilômetro de extensão, sendo 870 metros sob o mar. O leilão de concessão está previsto para 1º de agosto. A maior parte do projeto é financiada por parceria entre os governos federal e o de São Paulo. Durante a missão, foram realizadas reuniões com autoridades locais, como o secretário de Estado da cidade de Hamburgo, Jan Pörksen, que discutiu temas como a integração entre porto e cidade e os impactos das grandes infraestruturas na mobilidade urbana. O deputado Paulo Alexandre Barbosa (PSDB-SP), presidente das duas frentes parlamentares que lideraram a viagem, convidou Pörksen a visitar o Porto de Santos nos próximos meses. Além da Alemanha, a agenda incluiu compromissos na Suécia e na Dinamarca. Entre os destaques estiveram a visita à ponte de Øresund, que conecta os dois países, e à ilha artificial de Peberholm, construída com material dragado para a obra. A delegação também se reuniu com representantes da operadora portuária Maersk e participou de debates no parlamento dinamarquês sobre infraestrutura e logística.

Entre os membros da comitiva estavam parlamentares federais e representantes de tribunais superiores como o ministro do Tribunal de Contas da União (TCU) Walton Alencar, o ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST) Douglas Alencar e o desembargador do Tribunal Regional da 2ª Região Celso Peel. Do Poder Executivo, o vice-governador de São Paulo, Felício Ramuth (PSD), o prefeito de Santos, Rogério Santos (Republicanos), e representantes do governo federal, como o coordenador-geral da Secretaria Nacional de Portos e Aeroportos, Carlos Magno.

OUTONO: Sol com nuvens à tarde e pancadas de chuva à noite. Manhã Tarde Noite 37º 22º 65% 06:15 17:25

DITADURA NUNCA MAIS

Uerj revoga título honoris causa dado ao ex-presidente Médici

DOUGLAS CORRÊA/ABRASIL

O Conselho Universitário da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj) revogou, por unanimidade, nesta sexta-feira, o título de *doutor honoris causa* concedido ao ex-presidente da República Emílio Garrastazu Médici em 1974.

A decisão foi produzida pela Comissão da Verdade e Memória Luís Paulo da Cruz Nunes, instituída em 2024, a fim de ampliar e aprofundar debates e análises sobre os fatos ocorridos na Uerj durante o período da ditadura militar (1964-1985).

O documento aponta que o homenageado não atendia aos critérios estabelecidos no regimento para outorga da honraria: "personalidade eminente, nacional ou estrangeira, que tenha se destacado singularmente por sua contribuição à cultura, à educação ou à humanidade".

"Os registros da Comissão Nacional da Verdade apontaram 180 casos de graves violações dos direitos humanos no período de recrudescimento ditatorial de Médici, mas estamos conscientes de que o elenco anterior já é suficiente para ratificar a proposição de retirada do título doutor honoris causa", diz o relatório da Comissão.

Médici presidiu o país entre 1969 e 1974 e colaborou para a edição, em 1968, do AI-5, ato institucional que representou o endurecimento de um regime que aplicava práticas de tortura, assassinato e desaparecimento de pessoas críticas ao golpe. O documento ressalta "que o ex-presidente atuou como ditador com ameaças aos opositores e silenciamento contínuo".

A reitora da Uerj, Gulnar Azevedo e Silva disse que ficou feliz com a decisão.

"Estamos cumprindo nosso papel de reparação, num momento em que o mundo precisa entender que a defesa incondicional da democracia deve estar presente em todos os espaços", afirmou

MOSCOU

Brasil e Rússia negociam parcerias na área de energia

ANDREIA VERDÉLIO/ABRASIL

RICARDO STUCKERT/PR

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou, nesta sexta-feira, que o Brasil quer ampliar as relações bilaterais com a Rússia, especialmente na área de energia. Em encontro com o presidente russo, Vladimir Putin, em Moscou, Lula disse que tem "muito interesse" na experiência do país euroasiático com pequenas usinas nucleares.

"Esta minha visita aqui é para estreitar e refazer, com muito mais força, a nossa construção de parceria estratégica. O Brasil tem interesses políticos, comerciais, culturais, interesses científico e tecnológico com a Rússia", disse Lula, lembrando que o fluxo comercial Brasil-Rússia é de cerca de US$ 12,5 bilhões.

"É um fluxo comercial bastante deficitário para o Brasil, mas nós entendemos que o potencial de crescimento dessa relação é muito grande. Nós temos interesse em discutir a área da defesa, espacial, científica e tecnológica, da educação e a área, sobretudo, da questão energética", acrescentou o presidente.

Durante o encontro, houve assinatura de atos na área de ciência e tecnologia. Entre os integrantes da comitiva de Lula, estão os ministros de Minas e Energia, Alexandre Silveira, e de Ciência, Tecnologia e Inovação, Luciana Santos, além do presidente do Senado, Davi Alcolumbre.

O presidente Putin, por sua vez, afirmou que as relações entre os dois países estão se desenvolvendo em contatos de alto nível e lembrou que o Brasil mantém as posições de liderança nas importações da Rússia de produtos alimentares.

O Brasil tem uma relação comercial importante com a Rússia, importando dois produtos fundamentais, fertilizantes e óleo diesel, e exportando, principalmente, produtos do agronegócio, como soja, carne bovina, café não torrado, carne de aves e suas miudezas e tabaco.

Lula chegou a Moscou na última quarta-feira, em visita no contexto das celebrações dos 80 anos da vitória da União Soviética sobre a Alemanha nazista na Segunda Guerra Mundial. É o feriado mais importante do país e foi comemorado, na manhã desta sexta-feira, com um grandioso desfile cívico-militar, antes da reunião bilateral entre os dois líderes.

TARIFAÇO

A viagem de Lula ocorre em meio ao acirramento da guerra comercial entre Estados Unidos e China, as duas maiores economias do planeta, com a imposição de tarifas mútuas, desencadeada por iniciativa do presidente norte-americano Donald Trump. O brasileiro comentou o tema na reunião com o russo Vladimir Putin.

"As últimas decisões anunciadas pelo presidente dos Estados Unidos, de taxação de comércio com todos os países do mundo, de forma unilateral, jogam por terra a grande ideia do livre comércio, joga por terra a grande ideia do fortalecimento do multilateralismo e joga por terra, muitas vezes, o respeito à soberania dos países que nós temos que ter", disse Lula.

A visita presidencial à Rússia segue até este sábado, quando Lula segue para Pequim, na China. Lá, ele participa da cúpula entre o gigante asiático e países da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac), nos dias 12 e 13 de maio, além de fazer uma visita de Estado, com a assinatura de, pelo menos, 16 atos bilaterais.

TRABALHO EXAUSTIVO

Projeto oferece formação e investiga saúde de camelôs

MARIANA TOKARNIA/ABRASIL

Trabalhar debaixo de sol quente, em pé por muitas horas, sem acesso a banheiro público ou a alimentação adequada. Estas são as condições do dia a dia dos camelôs que exercem a atividade na cidade do Rio de Janeiro. O trabalho, muitas vezes exaustivo, tem consequências tanto para a saúde física quanto mental. Para investigar tais impactos e oferecer formação aos trabalhadores para que conheçam os próprios direitos, o Centro de Estudos da Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana da Fundação Oswaldo Cruz (Cesteh-Fiocruz) e o Movimento Unido dos Camelôs (Muca) lançaram nesta sexta-feira o Projeto de Pesquisa e Formação em Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora Camelô da Cidade do Rio de Janeiro.

O projeto terá duas frentes. A primeira é uma pesquisa de campo para avaliar quais são os principais agravos e doenças relacionados à atividade do camelô. Essa etapa contará com os próprios camelôs como bolsistas. Um grupo já recebeu formação e vai ajudar na conformação do estudo. Na segunda frente, será oferecida formação a cerca de 100 trabalhadores informais. De acordo com a coordenadora do Cesteh, Rita Mattos, a intenção é orientá-los sobre os próprios direitos, os pontos de atendimento disponíveis na cidade e como podem cuidar da própria saúde. Haverá sete encontros e, ao final, será produzido um material formativo a partir das questões levantadas e das necessidades dos profissionais.

Os 100 trabalhadores selecionados vão atuar também como multiplicadores, repassando as informações para outros camelôs. "A ideia é que a gente possa mostrar para eles que existem possibilidades do atendimento voltado às questões relacionadas ao trabalho", diz Rita.

Outro objetivo é ajudá-los a identificar que determinados problemas de saúde estão, sim, relacionados às atividades que exercem e devem ser tratadas como tal. "Às vezes, o trabalhador não percebe que aquilo está relacionado ao trabalho. Também porque quase nenhum médico faz a pergunta: 'No que é que você trabalha?'", acrescenta a coordenadora do Cesteh.

Em termos de acesso a direitos, isso pode fazer diferença, afirma Rita Mattos. Caso a pessoa sofra um acidente enquanto trabalha, ou adoeça por causa do trabalho, ela tem direito à emissão de uma comunicação de acidente de trabalho (CAT) e a benefícios do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

FICAR DOENTE

O projeto de pesquisa e formação é muito esperado pelos trabalhadores, diz a líder do Muca, Maria de Lourdes do Carmo, conhecida como Maria dos Camelôs. A partir dos estudos, o eles terão dados para lutar por políticas públicas adequadas.

"Isso é o início de muitas coisas que a gente vai fazer para reivindicar a saúde de pessoas invisíveis, que trabalham na rua todos os dias para levar o sustento para casa e têm que ser respeitadas", diz. Maria do Carmo ressalta que os trabalhadores camelôs movimentam a economia e garantem que comidas e bebidas cheguem às praias, aos eventos culturais da cidade, além de ofertarem roupas, sapatos, carregadores e diversos outros produtos necessários à população. O trabalho muitas vezes não é fácil.

"Muitas mulheres têm infecção urinária, porque a gente não tem banheiro, né? Muitas pessoas têm problema nas pernas, porque é o dia todo em pé, sob o sol de 40 graus na cidade do Rio de Janeiro. As pessoas ficam com câncer de pele. Tem também a distância do depósito. A gente tem que carregar uma mercadoria por uma distância muito grande", diz a líder do Muca.

Sem carteira assinada, ela diz que os trabalhadores não têm sequer o direito de ficar doentes.

"Nós, trabalhadores informais, também o pessoal que trabalha em cima de moto, de bicicleta, com aplicativos, a gente não tem o direito de ficar doente. Sabe por que? Porque se a gente ficar doente, não vai ter dinheiro. Imagina o que foi a pandemia para a gente, quando todo mundo ficou em casa. Algumas pessoas tinham salário, e a gente não tinha nada."

MARATONA DO DIA A DIA

"Eu sou maratonista, de tanto correr da polícia". É assim que Daílton Fontes se apresenta. Conhecido como Dadá Corredor, ele já vendeu muitos produtos.

PRODUÇÃO

Zelensky destaca apoio da UE de 'um bilhão de euros' para 'armas'

PEDRO LIMA/AE

O presidente da Ucrânia, Volodymyr Zelensky, anunciou nesta sexta-feira, uma nova medida de apoio de "um bilhão de euros" para a produção de armas no país, parte de um pacote maior de "4 bilhões de euros em novas decisões de apoio da Europa, a partir de hoje".

Segundo ele, esse gesto reforça a solidariedade internacional com o povo ucraniano. Em seu discurso durante uma reunião com ministros de Relações Exteriores da União Europeia (UE), Zelensky também expressou sua gratidão pelo apoio contínuo da UE à defesa ucraniana.

Zelensky reiterou a importância de responsabilizar Moscou pela agressão, destacando a necessidade de um tribunal para punir os crimes de agressão. "A Rússia deve ser responsabilizada por sua agressão assim como os nazistas foram", afirmou. "Temos um grande trabalho pela frente, tanto político quanto jurídico. Mas já escolhemos o caminho. A Rússia será responsabilizada por esta guerra", acrescentou Zelensky.

VATICANO

Missa de posse do Papa Leão XIV via ocorrer em 18 de maio

PAULA LABOISSIÈRE/ABRASIL

O Papa recém-eleito Leão XIV celebrará a missa de início de pontificado, na Praça São Pedro, às 10h (horário local, 5h em Brasília) do próximo dia 18.

Na terça-feira, 20 de maio, ele tomará posse da Basílica Papal de São Paulo Fora dos Muros.

A data, divulgada nesta sexta-feira pelo Vaticano, marca o início do pontificado do líder da Igreja Católica, que congrega 1,4 bilhão de fiéis em todo o mundo.

Ainda de acordo com a Santa Sé, neste sábado (10), o papa se reúne com os cardeais. No domingo (11), marcando sua primeira aparição pública após a eleição, estão previstas uma oração e uma saudação a partir da sacada da Basílica de São Pedro.

CONCLAVE

O cardeal norte-americano Robert Francis Prevost, de 69 anos, foi apresentado na quinta-feira passada ao mundo como o 267º papa da Igreja.

O nome escolhido pelo novo pontífice é Leão XIV. Ele sucede o Papa Francisco, falecido no último dia 21.

O lema episcopal de Leão XIV é *In Illo uno unum* (Em um só somos um), palavras que Santo Agostinho pronunciou em um sermão sobre o Salmo 127, para explicar que, "embora nós, cristãos, sejamos muitos, no único Cristo, somos um".

NOVA GUERRA

Índia e Paquistão trocam fogo de artilharia; EUA não querem se meter

Soldados indianos e paquistaneses entraram mais uma vez em conflito na fronteira da Caxemira nesta sexta-feira. Ataques de artilharia, registrados desde a noite da quinta, mataram pelo menos seis civis. Nos Estados Unidos, o vice-presidente americano J.D. Vance disse que os EUA vai tentar acalmar o conflito, mas que não se trata de responsabilidade da Casa Branca.

Na Caxemira, região ocupada por Índia, Paquistão e China, moradores de cidades fronteiriças relataram que a intensidade dos tiros foi maior do que de costume. A região vive uma tensão histórica, que piorou após um ataque a turistas no território da Índia.

As autoridades militares da Índia afirmaram que as tropas paquistanesas bombardearam postos de controle militares. Soldados indianos teriam respondido ao fogo. O confronto se estendeu até o amanhecer.

O Paquistão informou que 4 pessoas morreram e 12 ficaram feridas A Índia noticiou 2 mortes e 4 feridos. Drones e mísseis também foram lançados pelos dois exércitos nesta quinta. Milhares de civis precisaram abandonar suas casas desde o começo dos ataques esta semana.

A Índia bombardeou o território controlado pelo Paquistão no dia 7 com a alegação de ter como alvo grupos militantes responsáveis pelo ataque aos turistas. O episódio aumentou os riscos de conflito em grande escala entre dois países que possuem armas nucleares.

À medida que os temores aumentaram, a comunidade internacional demonstrou preocupação e pediu redução da tensão. O vice-presidente dos EUA, J.D. Vance, afirmou que o país não vai se envolver, mas que tentará "encorajar as pessoas a se acalmarem um pouco". "Mas não vamos nos envolver no meio de uma guerra que, fundamentalmente, não é da nossa conta e não tem nada a ver com a capacidade dos EUA de controlar", disse em entrevista à *Fox News*.

Apesar disso, o secretário de Estado dos EUA, Marco Rubio, conversou com líderes da Índia e do Paquistão e pediu redução dos conflitos. Os ministros de relações exteriores do Irã e da Arábia Saudita também viajaram para a região para conversar com as autoridades.